

PALAVRA DE ORDEM: SACRIFÍCIO.

12 pontos jogados na mesa

As propostas do governo, levadas por Pazzianotto, não conseguiram convencer empresários e trabalhadores. A reunião do pacto continua na quinta.

Governo, empresários e trabalhadores ainda não chegaram a um acordo sobre os rumos da política econômica. Mas ao final da reunião de ontem com lideranças trabalhistas e empresariais, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, anunciou que pelo menos uma questão já estava definitivamente superada: o **gatilho** salarial vai ser mantido sem nenhuma alteração. Os outros 11 pontos da agenda de ontem serão retomados em nova reunião amanhã, pois sobre elas não houve consenso.

Segundo o ministro do Trabalho, o que a reunião triplice está procurando é uma forma de evitar que o **gatilho** dispare, através do controle da inflação, e não de mudança desse mecanismo.

Pazzianotto defendeu a sugestão dos empresários, de promoção de um realinhamento geral de 25% como forma de se impor regras nos preços, hoje extremamente convulsionados. Mas explicou um detalhe importante: o aumento geral de 25% incidiria sobre os preços em vigor no dia 28 de fevereiro, quando foi instituído o congelamento. Isso significa que os empresários, que já elevaram seus preços, por conta própria, a nível acima deste percentual, teriam de retroagir aos 25%.

O realinhamento de preços também seria acompanhado de um realinhamento dos salários, começando pelo salário mínimo, disse o ministro. Feitos os realinhamentos de preços e de salários, passaria a vigorar uma trégua de 120 dias, período durante o qual o governo e as lideranças dos empresários e dos trabalhadores aprofundariam a discussão de todos os temas importantes na política econômica do País.

Este esquema geral de reajuste de preços e de salários voltará a ser discutido, juntamente com os demais pontos. O ministro negou que existam divergências entre trabalhadores e empresários a respeito dos pontos discutidos ontem. Para ele, não se pode ainda falar em divergência, porque o dia de ontem foi dedicado à tomada do conhecimento das propostas.

Pazzianotto apresentou 12 itens para serem discutidos na reunião com os representantes dos trabalhadores e empresários: autonomia sindical; redução das despesas do governo; criação do Conselho Econômico e Social; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; diálogo permanente entre trabalhadores, governo e empresários; estipulação de um índice para correção da inflação; cesta básica; recomposição dos preços; juros; sistema de consulta para evitar o recrudescimento da inflação; aumento real do salário mínimo; e trégua de 120 dias.

Os empresários

Os representantes empresariais deixaram a reunião, às 21h40, afirmando que nada havia sido decidido. Com pressa, para não perder o avião, Mário Amato, Albano Franco, Antônio de Oliveira Santos e Roberto Bornhausen disseram que estudariam os pontos em que não houve acordo, para voltar à discussão amanhã.

Os empresários aceitaram discutir, mas não gostaram muito da proposta dos trabalhadores, de escalonar os reajustes reais do salário mínimo até atingir os Cz\$ 4.884,00. Franco preferiu oferecer um reajuste imediato de 25 a 30%. Os empresários continuam a resistir à possibilidade de disparos sucessivos dos reajustes salariais, se a inflação se mantiver alta. E propuseram aos trabalhadores e ao governo um reajuste geral de 25% sobre os preços de fevereiro de 1986.

Os trabalhadores

Depois da reunião com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), União Sindical Independente (USI), nove confederações dos trabalhadores, e cinco confederações dos empresários e Fiesp, o vice-presidente da CGT, Ricardo Baldino, disse que as questões do salário mínimo, do realinhamento de preços, e da aposentadoria são as mais difíceis de ser resolvidas, porque seria preciso que os empresários deixassem de praticar o capitalismo selvagem e aceitassem a proposta de aumento de salário dos trabalhadores.

As centrais sindicais mantiveram a reivindicação de salário mínimo de Cz\$ 4.884,64, mas propuseram o parcelamento do reajuste: o salário mínimo passaria para Cz\$ 2.119,94 em 1º de janeiro, com mais cinco parcelas trimestrais de Cz\$ 592,94, e inflação correspondente ao período, que seriam incorporadas ao salário. Os empresários não aceitaram os valores, e Pazzianotto prometeu uma proposta de salário mínimo para a reunião de amanhã, lembrando, no entanto, que seria bem abaixo da reivindicação dos trabalhadores, e que teria de ser desindexado para não reajustar vencimentos de outras categorias.

Os sindicatos dos trabalhadores não abrem mão de três pontos fundamentais: o



Pazzianotto, empresários e sindicalistas: seis horas de reunião.

Só promessas de reduzir o déficit

A redução do déficit público, a intensificação do processo de desestatização, culminando com a efetiva redução da presença do Estado na economia, constituíram-se no ideal da Nova República, a qual, ao assumir o poder, pouco ou nada fez nessa direção, decorridos quase dois anos de governo, conforme constata os próprios administradores da área econômica, ao indicarem que têm pouco ou nada para mostrar nesses setores.

O déficit público foi reduzido a 2,5% do PIB (Produto Interno Bruto) através da introdução de uma nova metodologia não reconhecida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela qual os investimentos das empresas estatais foram excluídos da contabilidade de déficit sob o argumento de que não constituem despesas, mas aplicações de recursos com retorno garantido.

Como, no ano passado, as estatais investiram Cz\$ 107,0 bilhões e este ano planejam investir Cz\$ 150,0 bilhões, incluindo-se as contribuições do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) para os setores de energia elétrica (Cz\$ 30,0 bilhões) e siderurgia (Cz\$ 30,0 bilhões), o déficit público encurtou graças a essa manipulação metodológica. Contudo, pelo conceito do FMI, que mede o déficit em função das necessidades de financiamento do Setor Público (NFSP), o déficit do ano passado ficou em torno de 4,6% do PIB.

Para este ano, com a expectativa de retorno do processo inflacionário e as estimativas de uma taxa de inflação entre 120 e 170%, o déficit do setor público deverá crescer expressivamente. Por enquanto é impossível estimá-lo, pois o governo ainda não tem a menor ideia de como se comportarão os principais indicadores da economia, sobretudo os salários, os preços e o câmbio, porém a liberalidade concedida às estatais, de gastarem por conta da inflação até que o novo orçamento

seja aprovado, provavelmente em abril, sinaliza para uma expansão do déficit produzido por essas empresas.

O fenômeno inflacionário também deverá repercutir intensamente no comportamento do orçamento geral da União (antigo orçamento fiscal), prevendo-se uma expansão substancial das despesas, em condições de absorver o eventual excesso de arrecadação gerado pelo efeito da inflação elevada e também em função da absorção compulsória de poupança privada, determinada pelos "pacotes" de julho e de novembro do ano passado. É previsível, nesse quadro, uma expansão maior do déficit público pelo lado da administração centralizada.

Desestatização

Quando o governo da Nova República assumiu, em março de 1985, o programa de desestatização estava virtualmente paralisado e assim permanece até hoje, salvo transferências de algumas empresas privadas que estavam sob controle estatal, cujos processos de privatização, que já estavam em andamento, foram concluídos.

O próprio governo admite que além do BNH (Banco Nacional da Habitação), que foi extinto, incorporando-se seu acervo e atribuições à Caixa Econômica Federal, o projeto de desestatização não teve condições de apresentar o desempenho prometido no início da administração. Um poucas pequenas empresas, foram afetadas, como as Cepas, transferidas para os municípios, porém as grandes, que constavam da lista inicial do programa de privatização, montado em julho de 1984, foram inclusive excluídas desta listagem, como a Acesita, a Caraiíba Metais e a Siderama.

Na opinião do ministro do Planejamento, João Sayad, não se pode apressar o Pro-

grama de Privatização para evitar que o Estado tenha prejuízo com operações mal montadas ou transações feitas a qualquer preço. Sayad considera difícil e complexa a venda de uma estatal e diz ter acertado com o presidente Sarney que o programa deve marchar sem atropelos.

O Programa de Privatização foi estabelecido pelo decreto 91.991, de 28 de novembro de 1985, o qual criou o Conselho Interministerial de Privatização, com o colegiado destinado a implementá-lo. O mesmo decreto relacionou 17 empresas estatais que seriam objeto de desestatização, incluindo extinção, absorção e abertura de capital, relacionando-se, neste último caso, a Petroquisa, a Petrobrás Distribuidora, a Usiminas e Telebrás. Os passos iniciais foram adotados em relação à Petroquisa, mas suspensos sob a alegação de falta de condições do mercado acionário.

Em julho do ano passado, o governo aprovou a liquidação da Engematic — Engenharia Hidráulica e Instrumentação S.A., controlada pela Embrar, e do Hotel de Blumenau. Anteriormente, o conselho havia aprovado o Programa de Privatização da Mafersa, através da venda de ações preferenciais com direito a voto. Em outubro do ano passado, a Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) autorizou, através de instrução normativa, as empresas estatais a desativar seus bens móveis e imóveis disponíveis, inclusive participações societárias, mas até agora essa autorização não interessou às estatais.

Os ativos não-operacionais da Cosim, sob controle da Siderbrás, foram colocados à venda, incluindo terrenos urbanos pertencentes à empresa, situados em Mogi das Cruzes, porém depois disso o programa não avançou, nem mesmo com a posse do novo titular da secretaria executiva do Conselho Interministerial de Privatização, David Casimiro Moreira, em outubro do ano passado.

gatilho salarial, que determina reajuste dos salários sempre que a inflação atingir um patamar de 20%; o congelamento dos preços; e o direito de greve — disse ontem, à saída da reunião com empresários e com o governo, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão). Destacou ainda que os trabalhadores rejeitam categoricamente a proposta feita ontem pelos empresários, de um realinhamento geral de preços de 25%, qualificando-a de "barba de Satanás".

Realinhamento de preços, para Joaquinzão, "tem de ser necessariamente e obrigatoriamente acompanhado de realinhamento de salários, sem expurgos, sem desindexação, sem especulação".

Ele disse que, dos pontos discutidos, o que parece mais próximo de uma decisão, no seu entendimento, é o que se refere ao reajuste do salário mínimo. Oficialmente, explicou, o governo ainda não disse qual é o seu número, mas extra-oficialmente já defende um salário inicial de Cz\$ 1.500,00. Este salário, acrescentou, está muito longe do que é definido pelos trabalhadores — de Cz\$ 4.884,00. Entretanto, o governo aceita chegar a este limite, em termos de hoje, por etapas, de modo a que o salário mínimo do País expresse um valor que garanta a sobrevivência do trabalhador e de sua família.

A partir de um momento em que a inflação atingir um determinado patamar, os salários deverão ser automaticamente reajustados, disse Joaquinzão, pois "nós não vamos abrir mão do **gatilho**, de jeito nenhum". E indagou: "O que inflaciona mais, os juros a 800% ou os salários que recebem de volta a inflação passada?"

Joaquinzão disse ainda que a CGT não foi a Brasília "nem para perder o seu tempo e nem para aprovar propostas dos empresários; viemos entregar nossas reivindicações ao governo, e também ouvir o que eles têm a dizer". Mas considerou inaceitáveis as propostas dos empresários.

INFLAÇÃO

Ela deve chegar a 15% até o fim de janeiro

Caso o governo mantenha o ritmo de realinhamento dos preços por mais uma semana, concentrando os reajustes no final do mês, a inflação de janeiro, medida pelo INPC, poderá chegar a 15%. A única alternativa de mantê-la no intervalo entre 10 e 12% é suspender os reajustes imediatamente, conforme a avaliação dos técnicos que estão acompanhando a evolução dos preços nas duas últimas semanas.

Esses técnicos acreditam que a inflação de dezembro, que alcançou 7,27% manteve-se no patamar da taxa de novembro, de 3,29%. O que ocorreu é que a inflação corretiva, decorrente do realinhamento dos preços iniciado no mês passado, foi responsável por 3,5 pontos percentuais no índice. É provável — ainda segundo os especialistas — que esse patamar tenha se mantido em janeiro e que a taxa elevada, de dois dígitos, seja a expressão da inflação corretiva do realinhamento deste mês, que alcançou preços praticados pelo setor privado e as tarifas do serviço público.

Outra constatação dos técnicos é que, em decorrência das expectativas inflacionárias criadas com as especulações sobre o realinhamento seguido de um recongelamento, acabou se reestabelecendo, ainda que em parcela diminuta, a chamada inflação inercial, ou seja, a inflação cuja ocorrência independe de um efetivo reajuste nos preços. A inflação inercial, que representava cerca de 30% da taxa mensal de inflação nos meses que antecederam à decretação do Plano Cruzado foi o principal alvo do programa de estabilização monetária lançado em 28 de fevereiro do ano passado.

O Pulo do IPCA

A expansão de 11,65% no IPCA no mês de dezembro, conforme divulgação feita ontem pelo IBGE já era esperada pelo governo, segundo afirmou o presidente da Fundação, Edson Nunes. Ele explicou que o índice, calculado para fins técnicos (pois o indexador de preços e salários é o INPC), absorveu integralmente todos os reajustes de preços ocorridos em dezembro; sem deixar nenhum resíduo para os meses seguintes.

Nunes disse que a variação do IPCA, que capta os preços dos produtos consumidos por quem tem renda de um a trinta salários mínimos, foi de 32% no período março/dezembro do ano passado, enquanto a do INPC (um a cinco mínimos) foi de apenas 17% significando que se este fosse o indexador de preços e salários é o INPC, absorveu integralmente todos os reajustes de preços ocorridos em dezembro; sem deixar nenhum resíduo para os meses seguintes.

O presidente do IBGE condenou o que classificou de catastrofismo, lembrando que em termos de expansão inflacionária tivemos o melhor ano da década, mesmo considerando as duas taxas elevadas dos meses de janeiro e fevereiro, que somaram 32,4%. Nunes acredita que há chances de manter um rígido controle do processo inflacionário.